



Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 100.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1979

—(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para discutir) — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência dê por aprovada a ata, requeiro que Vossa Excelência insira na mesma o meu protesto pela não aceitação, pela Mesa, de questão de ordem que levantei, solicitando verificação de votação ao requerimento do nobre Deputado Airton Cordeiro, rejeitado pelo Plenário.

Alegou a Mesa ser questão vencida, não sendo este o meu entendimento. Portanto, o requerimento seguinte não havia sido ainda submetido à apreciação do Plenário.

Solicito a transcrição deste protesto, porque considerei arbitrária a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa mandará anotar a sua observação.

Em votação a ata. — **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Edson Machado, DD. Secretário da Educação e Cultura, solicitando do mesmo imediatas providências no sentido de ser efetuada a reforma no prédio da Unidade de Ensino de Primeiro Grau Dom Bosco, no Lar Paraná, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

O prédio da Unidade Escolar em referência se encontra em péssimo estado, necessitando urgentemente de uma reforma, a qual a mais de um ano já foi solicitada, sem que no entanto fosse tomada qualquer medida, daí hoje reformularmos o apelo ao Sr. Secretário para que tome medidas urgentes para a solução deste caso.

Lembramos ainda, que o Lar Paraná, é um dos mais populosos bairros de Campo Mourão, e maior que muitos municípios de nosso Estado, sendo que seus habitantes são todos operários, não podendo a comunidade participar efetivamente da recuperação do mesmo, daí nossa solicitação e da qual aguardamos pronta solução.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, solicitando providências no sentido de dotar a Delegacia de Polícia de Engenheiro Beltrão de uma viatura, para atender a segurança daquele município.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma velha reivindicação da população de Engenheiro Beltrão, que se vê ameaçada pela insegurança, dado que a delegacia local não conta com viatura para atender as suas necessidades.

Daí apelarmos para o Sr. Secretário da Segurança, para que o mesmo tome essa providência para poder sanar esse problema de uma população realmente preocupada com a segurança desse município, que viu nos últimos dias o acontecimento de crimes que foram praticados, por falta de melhores condições ao aparato policial local.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

Eu, humildemente, convoco o Sr. Deputado Fuad Nacli, para tomar assento à Mesa, preenchendo a vaga de 2.º Secretário. (Pausa).

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, nesta sessão matinal, é para promover a defesa de um requerimento que estamos encaminhando ao Instituto de Previdência do Estado, através desta Mesa Executiva, solicitando algumas informações àquele instituto previdenciário no que diz respeito aos pensionistas do Estado do Paraná.

Eu, como ex-servidor público, que por doze anos aproximadamente participei do serviço público do Estado, e agora, como um modesto representante do povo, tenho sido constantemente procurado por viúvas de ex-servidores públicos. E confesso, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, que isso é um fato que comove a todos nós. Conheço inúmeros casos de viúvas de funcionários públicos, que dedicaram o melhor de sua vida à função pública do Estado, muitas vezes tombaram no exercício do seu dever, no cumprimento do seu dever, e,

lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nós temos presenciado é que essas viúvas hoje recebem salários ínfimos, que não condizem com a realidade.

Exemplificaria com um caso de uma viúva de um ex-Delegado de Polícia de carreira, do Paraná, que há dois anos atrás, quando ele faleceu, no estrito cumprimento do seu dever, ele ganhava à época, com vinte e seis anos de serviço público, aproximadamente vinte mil cruzeiros. E esta viúva, à época do falecimento do seu marido, passou a perceber o irrisório salário de cinco mil cruzeiros aproximadamente. E isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados é lamentável, porque é exatamente nos momentos mais difíceis da vida de um servidor público, que ele deve ser amparado pelo Estado. E lamentavelmente isto não vem ocorrendo. Esta é a razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela qual encaminho e pediria permissão à Mesa, para ler o requerimento que estou enviando ao Instituto de Previdência do Estado, para o qual solicitaria o devido apoio dos nobres e dignos Senhores Deputados desta Casa. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Instituto de Previdência do Estado - IPE, solicitando as seguintes informações:

- a) - Relação contendo o número de pensionistas que percebem até um salário mínimo;
- b) - relação contendo o número de pensionistas que percebem de 01 (um) a 03 (três) salários mínimos;
- c) - relação contendo o número de pensionistas que percebem de 03 (três) a 06 (seis) salários mínimos;
- d) - relação contendo o número de pensionistas que percebem de 06 (seis) a 10 (dez) salários mínimos;
- e) - relação contendo o número de pensionistas que percebem mais de 10 (dez) salários mínimos.

Requer, outrossim, que seja informado a esta Casa os critérios adotados para fixação dos vencimentos dos pensionistas que percebem seus vencimentos através do IPE - Instituto de Previdência do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1.979."

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo pelo qual usamos da tribuna nesta sessão para defender o encaminhamento deste requerimento, que reputo de profunda justiça aos pensionistas ou às pensionistas do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos laboratórios golberyanos do regime instalado neste País, está se preparando novamente um ato de força contra a oposição brasileira. E a minha presença, na tribuna, é no intuito de trazer a esta Casa o documento que foi elaborado pela Direção Nacional de meu Partido, como protesto contra mais este ato de violência que está sendo elaborado.

É um documento preparado pela Direção Nacional do MDB, que, através do Deputado Paes de Andrade, foi lido em Caracas onde está reunida a União Interparlamentar.

O documento, na íntegra, é o seguinte: (Lê):

"Movimento Democrático Brasileiro.

Comissão Executiva Nacional.

Aos participantes da 66.^a Conferência Interparlamentar reunida em Caracas, na Venezuela.

Grave e iminente ameaça de extinção do MDB, único

Partido de Oposição no Brasil, leva-o, no legítimo exercício do direito de sobrevivência, a dirigir-se à Conferência Interparlamentar, instituição perante a qual há dez anos tem se feito representar. Embora ainda não haja decisão oficial, há mais de seis meses, com grande e diária repercussão na imprensa, no rádio e na televisão, movimentam-se inclusive através de pesquisas unilaterais amplos setores e dirigentes do Governo e de seu Partido — a Aliança Renovadora Nacional — para, a pretexto de dar uma reforma partidária, na verdade, exterminar a agremiação oposicionista.

O MDB, favorável ao pluripartidarismo que consta de seu programa, com a conseqüente criação de novos partidos, pelo abrandamento dos rigores da legislação vigente denuncia, porém, como ato de prepotência, a anunciada e compulsória eliminação de um partido, por decisão parcial do Governo, que critica, fiscaliza, e é alternativa política, através de eventual maioria parlamentar.

Válido o precedente, quaisquer partidos, em qualquer país, terão comprometidas as indispensáveis condições de independência e da própria existência. O atentado, se efetivado, é inconstitucional, pois até a Carta Constitucional outorgada pela Revolução garante, aos partidos, em seus artigos n.ºs 152, 153 - parágrafo 28 - expressamente, assegurando, a este, a associação como direito do Homem que, exclusivamente por sentença judicial pode ser dissolvida, precisamente para protegê-la contra perseguições do Poder Executivo.

Acima de considerações legais, a moral política e o bom senso repelem que um Partido da Oposição possa ser destruído, ainda que seja no Congresso, pelo Governo e seu Partido.

O MDB tem mais de dez anos de luta contra o arbítrio. Nas últimas eleições, com o decisivo apoio de trabalhadores, estudantes, artistas, mulheres, intelectuais, professores e da classe média, elegeu 9.486 Vereadores, 614 Prefeitos Municipais, em todo o País; 354 Deputados, nos 22 Estados da Federação, sendo, maioria, nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, os mais populosos e desenvolvidos da Nação. Elegeu também 189 dos 420 deputados federais e 26 dos 67 senadores que integram o Congresso Nacional. Além do Diretório Nacional, tem 25 Diretórios regionais nos 22 Estados e 3 territórios e 2.932 Diretórios municipais.

Conseguiu crescer, graças a preferência popular, confiante num de seus compromissos de liberdade, participação e erradicação de dramáticas injustiças sociais, através de profundas mudanças de estrutura. Conseguiu prosperar apesar de ser vítima de centenas de cassações de mandatos conferidos pelo povo, suspensão de direitos políticos, prisões ilegais, exílios, discricionárias demissões de empregos e de cargos universitários, recesso do Congresso Nacional decretado pelo Governo, campanhas eleitorais sem acesso ao rádio e à televisão, designação antidemocrática de 1/3 do Senado da República por "eleição" impropriamente denominada de indireta.

A Direção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, deliberou denunciar a inquietante ameaça à 66.^a Conferência Interparlamentar, ora realizada em Caracas, na Venezuela, a fim de que além de outras providências, se a mesma se concretizar em mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, essa prestigiosa entidade motive os parlamentos e respectivos partidos que lhe são filiados no esforço comum e mundial para que não se consuma tão totalitário retrocesso na luta pelo retorno do Brasil ao estado de direito.

Brasília, 11 de setembro de 1.979, assinado: Presidente Nacional do MDB, Ulysses Guimarães, e o Secretário Geral do MDB, Thales Ramalho."

Era esse, Senhor Presidente, o documento que fiz com que ficasse registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — É com imensa satisfação, que esta Mesa registra a presença do ilustre Senador.

da República, Dr. José Richa.

Nossos cumprimentos ao Senador que ora visita esta Casa.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "SEMPRE que uma data comemorativa, como o aniversário de um município, se aproxima, ouvimos discursos ufanistas e a homenagem aos grandes nomes da comunidade. Poucas vezes foi homenageado o principal construtor do progresso e das riquezas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

PONTA GROSSA comemora neste dia 15 de setembro, cento e cinquenta e seis anos de sua fundação. Como Deputado, que nesta Assembléia procura representar os interesses populares daquele município, quero registrar este acontecimento histórico, não do ponto de vista daqueles que se movem pelo ufanismo e fazem destas datas comemorativas a oportunidade para consagrações demagógicas.

A história de Ponta Grossa, nestes 156 anos, é a história do seu povo. A história dos trabalhadores que construíram um dos municípios mais fortes do Estado. Ao contrário do que conta a história do oficialismo, não é o Governador ou qualquer membro do governo quem deve receber a principal homenagem pelas conquistas realizadas até aqui.

O aniversário de Ponta Grossa deve ser comemorado pelo povo e sua história rememorada, tendo como centro as conquistas populares.

Os últimos resultados eleitorais em Ponta Grossa confirmaram o desejo popular de mudanças. Hoje, aquele município tem à frente de sua administração um prefeito que saiu do quadros da oposição: LUIZ CARLOS ZUCK, que através dos votos da insatisfação já teve assento nesta Assembléia. Contra todas as represálias dos poderosos que não conseguiram admitir a derrota, o município continuou a crescer e a Oposição, através da legenda do MDB, consolidou sua posição em Ponta Grossa.

HOJE, quero incluir-me entre aqueles que comemoram o aniversário de Ponta Grossa junto com os trabalhadores, com aqueles que construíram as riquezas do município. A FESTA UM DIA SERÁ DELES E DE TODOS OS QUE LUTAM PELOS INTERESSES POPULARES."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Repetiu-se, nesta semana, mais uma vez o adiamento da votação do projeto de lei que institui um "código de ética", para as multinacionais em nosso País. O adiamento feito através de expediente infeliz e ofensivo à Nação, promovido pela Liderança da Maioria, numa verdadeira sabotagem ao projeto, primeiro passo ou um dos primeiros para que aos poucos possamos dar o grito de independência econômica e política, tão necessário ao País.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tal projeto é decorrente dos diversos estudos realizados pela CPI que investigou o comportamento e as influências das multinacionais no País, presidida e requerida pelo paranaense Alencar Furtado, cujo prêmio por certo, foi lhe dado depois com a cassação. Com todos os mecanismos de controle exercidos sobre a CPI das multinacionais e a censura prévia exercida sobre a imprensa, impossibilitada de bem divulgar o que se passou na Comissão em referência, mesmo assim os seus frutos surgem, como, por exemplo, o Código de Ética das multinacionais.

Mas, mesmo com este resultado, foi o instrumento rompe-

dor do sigilo e cobertura que tais empresas exercem sobre o Governo e a Nação brasileira, que agora saltam aos olhos da Pátria.

Não há dúvida de que as multinacionais possuem extraordinário controle sobre as informações e sobre tudo que a ela está vinculado ou sobre o que delas são divulgados. Tanto as maquinações subterrâneas realizados junto ao Poder maior do País, como manipulações de mercado, métodos de domínio comercial, métodos expúrios da vida interna e externa das suas ações empresariais, mas pouco é filtrado porque tudo o que é divulgado nós só ficamos sabendo o que as multinacionais querem que saibamos.

E o regime, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pródigo em benesses às empresas estrangeiras, cobre-as de estímulos fiscais, creditícios, apoio público e político, não raro com ministros que ainda exercem cargos de importância em conglomerados multinacionais ou logo que deixam de fazer parte do Governo, são agraciados com posições privilegiadas nas direções empresariais de controle além fronteira.

A idéia exata e equilibrada sobre as nefastas atividades das grandes empresas estrangeiras, só poderá ser obtida quando houver pleno acesso do povo às informações básicas e completas de cada uma delas.

No entanto, Sr. Presidente, quando vemos que a liderança da Maioria, no Congresso Nacional, busca obstaculizar a introdução de um ainda modesto código de ética das multinacionais, só nos resta sentir quanto está comprometido o Governo, o regime e alguns políticos, que a ele estão subordinados, passiva e subservientemente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vale aqui até dizer e transcrever nos Anais desta Casa a manifestação do Presidente da Câmara Federal Flávio Marcílio: Dizia ele, que devo esclarecer com todo o respeito que me merece a nobre Oposição, que este projeto se encontra na Ordem do Dia por determinação minha, quando havia sugestões outras, no sentido de que não o fizesse.

E repito, Sr. Presidente, quando havia sugestões outras no sentido de que não o fizesse. Sr. Presidente, Srs. Deputados, triste País é este que acaba sendo subjugado aos interesses de grupos estrangeiros ao bel prazer, à luz do dia, com a maioria no Congresso Nacional, com a liderança, inclusive passando por cima de alguns Deputados até do outro partido, que pretendiam ver este código finalmente aprovado.

E hoje, estarrecidos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão jornais aí a denunciar, denúncias contra multinacionais, a Fiat faz exportações fraudulentas, e a West tenta suborno.

Descaradamente a Nação vê, sente, de como se faz neste País e em toda a América e no terceiro mundo, a sanguinária retirada das nossas riquezas, subordinando o povo a uma situação de miséria, e o regime e o Governo que tanta força demonstrou nestes 15 anos, se mostra impotente, passivo e omissos, entregando-se mais uma vez aos interesses alienígenas.

Até quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados esta Nação vai ficar suportando esse tipo de regime, de Governo e de homens públicos que estão aí, mais do que nunca agraciados pelos interesses que não são nossos, e propensos, sempre a aplaudir tudo que vem do estrangeiro, e os seus próprios interesses, os interesses nacionais são subjugados a outros de além fronteira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vale a pena acompanharmos mais do que nunca esta realidade. Tomaria a liberdade tão somente, de aqui ler parte deste noticiário do jornal "Indústria e Comércio" do nosso Estado. (Lê): "Uma série de denúncias graves contra atitudes de empresas multinacionais chegaram à Câmara Federal, enquanto que o projeto do Código de Ética é ameaçado de sofrer atraso na votação. Uma delas, foi contra a Fiat Automóveis. Um carro "Fiat" modelo 147-

Luxo, que é vendido no Brasil por mais de Cr\$ 150.000,00, é exportado para a Itália por Cr\$ 37.000,00."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, está aí o assalariado brasileiro indo para a prisão com as suas Lideranças. Está aí o arrocho salarial, está aí a dificuldade de sobrevivência de nosso operário, e, no entanto, ele produz para que estas multinacionais façam festas e banquetes em cima do sangue latino-brasileiro, para que pudéssemos remeter através das remessas ignóbeis de lucros dos vários métodos utilizados, para levar e canalizar ao estrangeiro, o suor e o sangue do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná, sua riqueza, primária, o café, recebe setenta e dois e meio por cento de tributação e de confisco.

No entanto, a "American Tobacco" conglomerado americano e inglês, aqui traduzido pela Souza Cruz, consegue incentivo de setenta por cento para exportar o cigarro, de um fumo que é produzido aqui no País, e que tem a portaria do Ministro da Agricultura, com 42 tipos de espécies de fumo, faz com que o produtor viva subjugado a esses interesses multinacionais.

Mas, o nosso café, recebe setenta e dois e meio por cento de tributação e de confisco. Mas o fumo que é exportado, produzido, controlado e dominado por uma estrangeira, recebe incentivos e créditos, para exportar ao estrangeiro, com setenta por cento tais incentivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação exige explicações. A Nação exige explicações sobre os poderes extraordinários de empresas multinacionais, exercidas constantemente sobre a vida nacional em todos os aspectos.

Por isso, o nosso protesto, por isso a nossa angústia e por isso a certeza de que o povo precisa, urgentemente, se conscientizar desse domínio, e desse controle e que a classe política possa ser ousada na defesa dos interesses maiores da população brasileira e não ficar entregue a esses privilegiados que, através das manipulações de mercado, do controle de mecanismos na sua ação interna, e na sua ação externa, na vida política, social e econômica, exercem os sustentáculos do controle. Por isso, fica aqui o nosso protesto. O Código de Ética pode ter sido protelado numa sabotagem regimental mas por certo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Código de Ética da Nação brasileira, ainda está em pé e em nossas veias haverá de correr sempre este sangue de brasilidade, para que haja sempre vozes e vozes aumentando, denunciando e repetindo protestos, até que a Nação, em pé, possa enfrentar o esmagamento estrangeiro, feito com o controle da força e do regime e, acima de tudo, feito inclusive com a concordância de muitos políticos, que, desse jeito, denigrem a classe da qual nós pertencemos. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso protesto; veemente protesto em nome da dignidade nacional.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Consulto à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa) — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 22/79, que regulamenta a concessão de Bolsas de Estudo pela Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — A doação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado, destinada a TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS — APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES, será aplicada, por indicação dos Deputados, nos termos estabelecidos nesta resolução.

Art. 2.º — O postulante à Bolsa de Estudo enviará requerimento ao Deputado no qual deverá especificar o seguinte:

- a) - nome completo do estabelecimento de ensino, o qual deverá estar devidamente registrado no órgão competente;
- b) - nome completo do aluno, domicílio, filiação e características de sua documentação pessoal;
- c) - curso, grau, período e aproveitamento, se houver recebido, em exercício anterior, Bolsa de Estudo pela Assembléia Legislativa do Estado;
- d) - número do CIC do responsável pelo aluno;
- e) - valor da anuidade e das mensalidades, atestado por funcionário competente do estabelecimento de ensino;
- f) - comprovação de renda familiar e número de dependentes do responsável pelo aluno;
- g) - declaração de não estar postulando Bolsa de Estudo por outro órgão público;
- h) - assinatura do postulante e do seu responsável legal.

§ 1.º — Será concedida Bolsa de Estudo, desde que o resultado da divisão da renda familiar pelo número de dependentes seja igual ou inferior a 3 (três) valores de referência em vigor no início do exercício.

§ 2.º — Só poderão ser concedidas Bolsas de Estudo em estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

§ 3.º — Cada aluno somente poderá obter uma Bolsa de Estudo por exercício e poderá renová-la se comprovar pleno aproveitamento da anteriormente concedida pela Assembléia Legislativa do Estado.

§ 4.º — Não serão concedidas Bolsas de Estudo a alunos matriculados em estabelecimentos públicos de ensino, salvo em Escolas Agrícolas de nível profissionalizante.

Art. 3.º — As Bolsas de Estudo serão calculadas com base nos valores de referência em vigor no início de cada exercício, estipulando-se, no máximo, em:

- a) — 2 (dois) valores de referência para os que cursam o primeiro grau.
- b) — 3 (três) valores de referência para os que cursam o segundo grau.

Art. 4.º — É assegurado a cada Deputado destinar Bolsas de Estudo até o montante equivalente a 40 (quarenta) valores de referência.

Parágrafo único — Aos suplentes de Deputados convocados, caberão quotas proporcionais do exercício do mandato.

Art. 5.º — Os créditos destinados aos Deputados para atendimento da concessão de Bolsas de Estudo serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

§ 1.º — Será emitido empenho e autorização de pagamento através de Ordem Interna do Primeiro Secretário, em nome da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais.

§ 2.º — A concessão de Bolsas de Estudo será processada por determinação do Deputado, anexando o requerimento previsto no art. 2.º, da presente resolução, devidamente protocolada, dirigida ao Departamento de Finanças.

§ 3.º — Não se poderá conceder Bolsa de Estudo por nenhuma outra dotação do Poder Legislativo, consignada à Assembléia Legislativa do Estado, nem mais de uma por exercício, a cada postulante.

§ 4.º — Os pagamentos serão feitos através de ordem de crédito bancária aos Estabelecimentos de Ensino, sendo que a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais remeterá um atestado para a comprovação da concessão da Bolsa de Estudo ao Deputado que a autorizou.

§ 5.º — As Bolsas de Estudo deverão ser requeridas e protocoladas até o dia 31 de agosto do exercício para o qual foram concedidas, cabendo à Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais após aquela data, providenciar as prestações de contas à Comissão de Tomada de Contas, a qual, aprovando-as, determinará baixa de responsabilidade e recolhimento de saldo, se houver.

§ 6.º — Os Deputados ficarão responsáveis pelas autorizações que emitirem por conta do crédito assegurado pelo artigo 4.º da presente resolução.

Art. 6.º — O requerimento previsto no artigo 2.º, com a autorização do Deputado deverão ser formulados em impressos padronizados, fornecidos pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

Art. 7.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 68/79, (Mens. Govern. n.º 52/79), que aprova termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e municípios nominados, que com interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a execução de obras e serviços de emergência, mediante absorção de mão-de-obra ociosa.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios — FEMEPA —, e os seguintes Municípios: Andará, Arapoti, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Guapirama, Ortigueira, Ribeirão do Pinhal, São João do Triunfo, São Jorge do Ivaí, São José da Boa Vista, Porto Vitória, Jataizinho, Sapopema, Nova Olímpia, Paranapoema, Ivaí, Maria Helena, Salto do Itararé, Nova América da Colina, Florai, Inajá, Tibagi, Cruzeiro do Oeste, Santo Antônio do Paraíso, Presidente Castelo Branco, Cascavel, Nova Londrina, Doutor Camargo, Diamante do Norte, São João do Triunfo, Ipiranga, Morretes, Engenheiro Beltrão, Francisco Alves, Ortigueira, São Tomé, Leopoldo, Campo do Tenente, Tijucas do Sul, São João da Boa Vista, Conselheiro Mairinck, Indaiatuba, Manoel Ribas, Santo Antônio do Paraíso, Fênix, Itamaracá, Congonhinhas, Ivatuba, Agudos do Sul, Altônia, Paranapoema, Abatiá, Santa Cruz do Monte Castelo, Palmeira, Clevelândia, Palmas, Laranjeiras do Sul, Uniflor, Mamborê, Catanduva, Ubatuba, Campina da Lagoa, em 29.12.78; Santa Amélia, Santa Fé, Wenceslau Braz, Pérola, Lobato, Santa Ana do Itararé, São José dos Pinhais, Jaboti, Ribeirão do Pinhal, Andará, Jussara, Cidade Gaúcha, Santo Antônio do Sudoeste, Boa Esperança, em 14.02.79, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 69/79, (Mens. Governamental n.º 53/79), que aprova convênios de auxílios e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios de Ibaté e Joaquim Távora, com a interveniência de Órgãos e objetivos que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FEMEPA —, e os seguintes Municípios: Ibaté, em 12/12/78 e Joaquim Távora, em 09/11/78, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, na melhoria do Setor de Transportes Urbanos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 70/79, (Mens. Govern. n.º 67/79), que aprova convênio de cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Cascavel, objetivando condicionar diretrizes do trânsito com o planejamento urbano do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 70/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio de cooperação, datado de 09 de março de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e o Município de Cascavel, objetivando ação conjunta entre o DETRAN e os Órgãos do município, para, nos termos do artigo 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, condicionar as diretrizes do trânsito com o planejamento urbano do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 71/79, que aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), referente à verba de Assistência Social recebida por aquela entidade, período janeiro a dezembro de 1.977.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — Fica aprovada a prestação de contas referente à verba de Assistência Social, repassada pela Assembléia Legislativa para através da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

— CABENFALE —, custear gastos com assistência médica, hospitalar, dentária e laboratorial aos associados daquela entidade, no período de janeiro a dezembro de 1.977.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da carta escrita no exílio pelo ex-governador de Pernambuco, Sr. Miguel Arrais.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Deferido o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de

autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

9 Srs. Deputados o aprovam; 4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/78.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 104/77, 45/78 e 70/78; 41, 100 e 116/79.

Levanta-se a sessão.